

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Inf **HELI FIGUEIREDO MOREIRA JUNIOR**

**O desafio do desenvolvimento da Mentalidade de Defesa
em tempo de paz**



Rio de Janeiro
2020

Cel Inf **HELI** FIGUEIREDO MOREIRA JUNIOR

O desafio do desenvolvimento da Mentalidade de Defesa em tempo de paz

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Orientador: Cel Inf JUAREZ **GUINA** FACHINA JUNIOR

Rio de Janeiro
2020

M838d Moreira Junior, Heli Figueiredo

O desafio do desenvolvimento da mentalidade de defesa em tempo de paz. / Heli Figueiredo Moreira Junior — 2020.
34 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Juarez Guina Fachina Junior.

Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração do Exército)— Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

Bibliografia: f. 30-34.

1. SOCIEDADE. 2. FORÇAS ARMADAS. 3. MENTALIDADE DE DEFESA. I. Título.

CDD 355.6

Cel Inf **HELI** FIGUEIREDO MOREIRA JUNIOR

O desafio do desenvolvimento da Mentalidade de Defesa em tempo de paz

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Política, Estratégia e Alta Administração Militar.

Aprovado em de de 2020.

COMISSÃO AVALIADORA

JUAREZ GUINA FACHINA JUNIOR – Cel – Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

RENATO VAZ – Cel – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

RONALD ALEXANDRE MANDIM DE OLIVEIRA – Cel – Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

SUMÁRIO EXECUTIVO

Existe uma vulnerabilidade junto à sociedade brasileira, no tocante ao seu entendimento sobre o tema Defesa e ao pouco interesse nas discussões e desenvolvimento da sua Mentalidade de Defesa. Estes conceitos, extremamente importantes para uma nação, permitem vislumbrar e entender com maior ou menor capacidade as ações que venham a ser adotadas com o intuito de gerar segurança e sustentar sua soberania. Neste sentido, este artigo objetiva descrever esta realidade da sociedade brasileira, demonstrando sua fraqueza, bem como apresentar um breve histórico dos motivos pelos quais isso ocorre e as mais recentes ações tomadas pelo nível político brasileiro, em especial após o lançamento do Livro Branco de Defesa Nacional. Além disso, apresenta ações que vem sendo realizadas, que geram o desenvolvimento da mentalidade de defesa de forma direta e indireta. Por fim, propõe ações a serem executadas no intuito de provocar a formação e o desenvolvimento de uma robusta mentalidade de defesa, abarcando tanto setores específicos da sociedade, quanto esta como um todo.

1. Sociedade 2. Forças Armadas 3. Mentalidade de Defesa

EXECUTIVE SUMMARY

There is a vulnerability with Brazilian society, with regard to their understanding of the Defense theme and little interest in the discussions and development of their Defense Mentality. These concepts, extremely important for a nation, allow to envision and understand with greater or lesser capacity the actions that may be adopted in order to generate security and sustain its sovereignty. In this sense, this article aims to describe this reality of Brazilian society, demonstrating its weakness, as well as presenting a brief history of the reasons why this occurs and the most recent actions taken by the Brazilian political level, especially after the launch of the White Paper on Defense National. In addition, it presents actions that have been carried out, which generate the development of the defense mentality in a direct and indirect way. Finally, it proposes actions to be carried out in order to cause the formation and development of a robust defense mentality, covering both specific sectors of society, as well as this as a whole.

1. Society 2. Armed Forces 3. Defense Mentality

1 INTRODUÇÃO

Existe na sociedade brasileira uma considerável resistência quanto ao desenvolvimento da mentalidade de defesa e quanto ao principal emprego das Forças Armadas (FFAA), entendendo como prioritárias as ações secundárias e as subsidiárias, em detrimento das ações voltadas especificamente à defesa da Pátria. Mas qual o motivo disso?

Para facilitar o entendimento do leitor, e exclusivamente para este artigo, vamos definir ações secundárias como duas das atribuições previstas no Art 142 da Constituição Federal (CF): a Garantia dos Poderes Constitucionais e a Garantia da Lei e da Ordem (GLO).

A sociedade brasileira parece não entender o Brasil como um país de características continentais. Parece não identificar as dificuldades referentes ao controle e proteção de uma área territorial de cerca de oito milhões e meio de quilômetros quadrados (Km²), o que corresponde a pouco mais de 50% de toda a América do Sul (AS). Parece não entender a quase impossibilidade em se manter seguros os 16886 Km de fronteira terrestre, que somados aos 7491 Km de litoral, perfazem um total de 24377 km a serem patrulhados e vigiados. Sua índole pacífica conduz a sociedade e vislumbrar somente o viés positivo, o fato do País fazer fronteira terrestre com dez dos doze países componentes desse subcontinente.

No patamar econômico, parece desconhecer, ou ignorar, o fato do país possuir aproximadamente 50% do Produto Interno Bruto (PIB) de toda a AS, além de uma gama de riquezas de interesse mundial, com destaque às encontradas no subsolo amazônico.

Para os elementos da área de defesa, não há dúvida quanto à necessidade de constante desenvolvimento de tecnologias, aquisição de equipamentos e armamentos e atualização das Forças Armadas. Estar apta a realizar sua defesa ou, ao menos, ter capacidade dissuasória eficiente, é condição “sine qua non” à soberania de uma nação.

Nas palavras de Rui Barbosa, “O Exército pode passar cem anos sem ser usado, mas não pode passar um minuto sem estar preparado”.

Mas será que essa afirmativa se aplica ou encontra guarida no consciente coletivo da população brasileira?

Verifica-se, na verdade, que essa discussão não ocorre no seio da população, não se aproxima dos bancos escolares, nem é alvo de discussões no plano político. Apenas, restringe-se a círculos específicos de estudo.

Com base no acima exposto, esse trabalho objetiva identificar possíveis ações e/ou mudanças de procedimentos que poderiam ser adotados pelas Forças Armadas, sejam no plano político ou no relacionamento direto com a população, visando tanto a criação de uma mentalidade de defesa, para aqueles que não a tem, quanto a alteração das visões atuais divididas, vigentes em nossa sociedade.

2 MENTALIDADE DE DEFESA – UMA TENDÊNCIA AO ESQUECIMENTO?

Ao estudarmos o assunto proposto e buscarmos na história nacional, sem dúvida nos saltam aos olhos alguns períodos específicos. O de maior destaque, podemos encontrar durante a 2ª Guerra Mundial. Infelizmente, talvez esta seja a última vez em que o assunto Defesa esteve em praticamente todos os círculos de discussão no país, gerando uma reação nacional que levou o governo a se posicionar, declarando guerra às forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), em 22 de agosto de 1942.

Não resta dúvida do motivo. O Brasil, embora inicialmente portando-se neutro em relação à guerra e participando apenas, e indiretamente, por meio do comércio mundial, ainda assim veio a tornar-se alvo dos submarinos alemães e italianos que navegavam em nossa costa.

Encerrada a guerra e em função da situação política nacional, em que o governo de Getúlio Vargas muito se aproximava daquilo que a Força Expedicionária Brasileira havia combatido na Itália, nada foi feito para que se colhessem os frutos daquela reação nacional, tão positiva ao fortalecimento da mentalidade de defesa.

Desde então, durante os 75 anos que nos trazem até os dias atuais, nenhuma outra oportunidade como esta surgiu.

O Brasil ainda participou de diversas missões de paz, em especial sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU), criada logo após a 2ª GM. A

primeira participação com tropa ocorreu em 1956, após o encerramento do conflito entre Israel, apoiado pela França e pela Inglaterra, e o Egito, que havia nacionalizado o canal de Suez. Seguiram-se participações de sucesso: Angola (UNAVEM III), Moçambique (ONUMOZ), Timor-Leste (UNTAET/UNMISSET) e Haiti (MINUSTAH). Esta última, contou com o efetivo de cerca de 37.500 militares, ao longo de 13 anos, sempre tendo como Force Commander (comandante do braço militar) um General brasileiro. No entanto, parece que para a sociedade em geral, são fatos que ocorrem muito longe de sua realidade, ou seja, não tendem a criar relação com as missões das Forças Armadas dentro do território nacional.

Caso foquemos no continente Sulamericano, a situação não é diferente. Mesmo contando com alguns conflitos armados, como foi o caso da Guerra do Cenepa, ocorrida em 1995, entre Peru e Equador, a região, aos olhos dos brasileiros e do mundo, consagra-se como uma área pacífica, livre de conflitos. Além disso, a estabilidade das relações entre os países da região, elimina do horizonte qualquer hipótese de conflito. Por esse motivo, não só a sociedade não se interessa pelo assunto Defesa, como passamos a observar reportagens como a publicada pelo site Super Interessante, cujo título é: “Para que servem as Forças Armadas?”. Ao ler o texto, podemos identificar claramente as dúvidas e as interpretações equivocadas, que mais uma vez vão refletir diretamente sobre nossa sociedade.

No contexto político-educacional, também houve ações no sentido de gerar e fortalecer a mentalidade de defesa, como observou Moreira (2020, p. 3):

No contexto nacional, o país também passou por diversos períodos que tiveram impacto sobre a mentalidade da população. Durante os governos militares, mais especificamente no ano de 1969, o governo, por meio do Decreto-lei 869 de 12 de setembro de 1969, instituiu a disciplina Educação Moral e Cívica. Tinha como finalidades o desenvolvimento, dentre outros, do culto à Pátria, a compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e o conhecimento da organização sócio-político-econômica do País. Não obstante, há que se perceber que teria repercussão no entendimento da importância do tema defesa dentro da sociedade, haja vista que o Poder Militar é, em última instância, o garantidor dos Poderes Constitucionais, da Lei e da Ordem e de fundamentos constitucionais como a soberania.

Encerrado o período dos governos militares e promulgada a CF de 88, uma constituição influenciada pelo receio em relação aos projetos e às ideias oriundas dos meios militares, não se verificou mais qualquer referência ao assunto,

culminando com a anulação, em 1993, pelo então presidente Itamar Franco, do citado decreto-lei.

A partir desta data, não haveria mais nos bancos escolares dos ensinos fundamental e médio, qualquer matéria que fizesse alusão à Pátria, aos Símbolos Nacionais e às suas instituições. Nada no currículo estudantil faria referência ao funcionamento dessas instituições, ao processo político em si, a conceitos essenciais como civismo e culto à Pátria, à importância da autodeterminação e da soberania, bem como, no que mais afeta a este trabalho, ao estudo das principais atribuições das Forças Armadas.

Na continuidade dos governos civis, iniciados em 1985, o que se viu em grande parte do país foi a substituição de ações em prol do desenvolvimento da educação, aumento da segurança pública ou melhoria na saúde, para citar apenas algumas áreas, por uma disputa feroz pelo poder, pela ocupação de fontes de recursos e pela ocupação de cargos de alto escalão. Tudo isso, gerou reflexos diretos e indiretos sobre a qualidade de vida nas cidades. Aumento da violência, crescimento das periferias e degradação dos aparelhos do estado são alguns dos exemplos observados, e de forma mais enfática, nas grandes cidades, como foi o caso do Rio de Janeiro.

Como uma das consequências do citado acima, escreveu Moreira (2020, p. 3):

Em consequência disso, as FFAA, e em especial o Exército Brasileiro, foram “arrastadas” para uma séria de ações de GLO, que iniciaram com a participação na Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento do Meio Ambiente – ECO 92, na cidade do Rio de Janeiro, em 1992. Segundo relatório do Ministério da Defesa, somavam, no início de 2020, 141 participações, sendo do total, 26 por motivo de greve de Polícias Militares (PM), 23 para o combate à violência urbana, 22 em ações de Garantia de Votação e Apuração (GVA) em eleições e 39 em grandes eventos, como a Copa do Mundo FIFA – 2014 e os Jogos Olímpicos – 2016.

Atualmente, acompanhando as medidas mundiais, o Brasil vive o caminho para o “novo normal”. Ações que foram tomadas com o intuito de preservar vidas durante a pandemia causada pelo vírus COVID-19, tem a participação ativa do Ministério da Defesa e das três Forças Armadas. Por meio da ativação de um Centro de Operações Conjuntas e de dez Comandos Conjuntos que cobrem todo o território

nacional, o poder militar da nação atua de diversas formas. Segundo a Agência Brasil, até 8 de abril deste ano, a Força Aérea Brasileira (FAB) já havia repatriado 11,7 mil brasileiros. O Exército Brasileiro prossegue em um incontável número de ações de descontaminação. Os laboratórios das três Forças participam com produção de álcool em gel e hidroxicloroquina, atingindo a cifra de 1.2 milhão de comprimidos ao final de maio, segundo reportagem da UOL. Ao todo, segundo informação do Ministério da Defesa, as Forças Armadas já empregam cerca de 29 mil militares em ações de combate à COVID-19, efetivo este superior ao da Força Expedicionária Brasileira, enviada à Itália durante a 2ª GM.

Novamente, a capacidade e a eficiência das Forças Armadas em atuar em momentos de crise vem a tona, refletindo sobre a imagem das instituições e no conceito de que gozam junto à população. No entanto, os efeitos produzidos somente reforçam a visão da sociedade quanto ao emprego em ações secundárias e subsidiárias, e não em sua principal atribuição, que é a defesa nacional.

3 MENTALIDADE DE DEFESA – A NOVA ABORDAGEM

As mais concretas ações do governo brasileiro, no sentido de alertar, angariar e direcionar os esforços da sociedade brasileira com vistas a criar uma mentalidade de defesa, bem como destacar a importância do desenvolvimento de capacidades que garantissem a soberania e a integridade nacionais, datam de 1996.

Neste ano, foi lançada a primeira versão da Política Nacional de Defesa, à época denominada Política de Defesa Nacional (PDN), ponto de partida de uma série de documentos de nível político e estratégico, que viriam a definir objetivos nacionais, estratégias nacionais, projetos e programas voltados à área da defesa.

Em 1999, na continuidade do Governo Fernando Henrique Cardoso, foi criado o Ministério da Defesa, órgão que tinha como objetivo principal gerir a pasta da Defesa e coordenar as ações das três forças singulares, em especial, fortalecendo as ações conjuntas. Este Ministério foi responsável pelo lançamento, em 2008, da Estratégia Nacional de Defesa (END). Com o lançamento desta, a PDN veio a denominar-se Política Nacional de Defesa (PND).

Enquanto a primeira apresentava o posicionamento do País em relação à sua defesa e estabelecia os Objetivos Nacionais de Defesa – OND, a Estratégia orientava todos os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas a serem implementadas para se atingirem os objetivos estabelecidos. (Min Def. PND. 2016, p. 4)

3.1 A PND e o Objetivo Nacional de Defesa (OND) – VIII

VIII. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.

Trata-se de aumentar a percepção de toda a sociedade brasileira sobre a importância dos assuntos relacionados à defesa do País, incrementando-se a participação de todo cidadão nas discussões afetas ao tema e culminando com a geração de uma sólida cultura de defesa. (Min Def. PND. 2016, p. 13)

Este texto, pode-se dizer, foi a primeira descrição daquilo que já se entendia ser o alvo a atingir.

Como objetivo, traçava uma direção clara, a qual podia ser identificada pelas palavras “percepção” e “participação”, assim como um resultado, que seria a geração de uma cultura de defesa.

3.2 A END em relação ao OND VIII

OND-8: AMPLIAR O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ASSUNTOS DE DEFESA NACIONAL

ED-17 Promoção da temática de defesa na educação:

Refere-se às ações que têm por objetivo estimular a discussão sobre Defesa Nacional nas atividades educacionais do País, nos diversos níveis, promovendo maior conscientização sobre a importância do tema.

[...]

ED-18 Emprego da Comunicação Social

Trata das ações com vistas à interação do Setor de Defesa com a sociedade, possibilitando aos cidadãos brasileiros tomar conhecimento das atividades desempenhadas pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, promovendo uma imagem fidedigna, real e legítima dessas organizações. (Min Def. END. 2016, p. 42)

Uma vez definido o OND que direcionaria os esforços, foram definidas as Estratégias de Defesa (ED) e suas respectivas Ações Estratégicas de Defesa (AED). Há que se entender que os objetivos indicam o que fazer, e tendem a ser amplos, necessitando de um posterior direcionamento, o “como fazer”, de uma forma mais clara e pormenorizada.

Tal necessidade já se pode observar nas duas ED que foram elencadas,

abarcando obviamente, duas áreas de extrema importância para o desenvolvimento da mentalidade de defesa: educação e comunicação social.

3.2.1 ED-17 - PROMOÇÃO DA TEMÁTICA DE DEFESA NA EDUCAÇÃO

AED-75 Buscar a inserção da temática de defesa no sistema de educação nacional.

AED-76 Realizar, promover e incentivar atividades de ensino relacionadas aos temas de Defesa Nacional.

AED-77 Contribuir para a ampliação de programas de apoio à pesquisa científica e tecnológica relacionados aos temas de Defesa Nacional.

AED-78 Apoiar as iniciativas no sentido de reconhecer o tema defesa como subárea de conhecimento junto às agências de fomento de pós-graduação.

AED-79 Consolidar a Escola Superior de Guerra como uma instituição nacional acadêmica, nos campos do ensino, da pesquisa e da formação de recursos humanos sobre pensamento de defesa, bem como o Instituto Pandiá Calógeras como instituição de estudos de Defesa, dedicada à promoção da participação acadêmica e social. (Min Def. END. 2016, p. 42)

A área de educação, sem dúvida, não pode ser ignorada. Para melhor entendimento, vamos adotar uma divisão que, embora simplista, deixará bem clara a sua importância.

No primeiro subgrupo, incluem-se aqueles que estão em fase de receber conhecimento. São os alunos do ensino fundamental e médio. São jovens que ainda estão em seu processo de formação social, ou seja, desenvolvendo seu entendimento em relação à sociedade, suas obrigações, direitos e deveres. Nesta fase, obviamente, também se desenvolve a mentalidade de defesa. Focam este grupo, as AED 75 e 76.

O segundo subgrupo, não menos importante, reúne a classe de estudantes que participam não só do processo de aprendizagem, mas também do processo de geração de conhecimento. São os integrantes do ensino acadêmico, seja o ensino superior ou os posteriores. Este grupo, embora já deva ter seus conceitos de sociedade firmados, uma vez envolvidos no assunto defesa obtém, por meio de relacionamento com as instituições militares e pesquisas subsidiadas, novos conceitos, para os quais se tornam importantes difusores.

Para este grupo estão direcionadas, em especial, as AED 77, 78 e 79.

Cabe ressaltar, que esta subdivisão será utilizada, posteriormente, neste trabalho, na explanação de alguns dos resultados atingidos.

3.2.2 ED-18 - EMPREGO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

AED-80 Desenvolver o planejamento de atividades de promoção institucional.

AED-81 Promover a visibilidade às ações do Setor de Defesa como fator de esclarecimento de tomadores de decisão e da opinião pública sobre os assuntos de defesa. (Min Def. END. 2016, p. 43)

Nesta área, o público-alvo se torna toda a população. No entanto, sua importância maior se dá em atingir a parcela da população que não se encontra nos bancos escolares.

Por meio de propagandas, nas mídias televisivas ou mídias eletrônicas, assim como por ações que ocorrem em unidades militares, tais como formaturas e festas nacionais, essa estratégia tem fomentado a interação do Setor de Defesa com a sociedade e possibilitado aos cidadãos brasileiros tomar ciência das várias atividades que são desenvolvidas em prol da defesa da nação.

3.3 Livro Branco da Defesa Nacional (LBDN)

O primeiro LBDN foi lançado em 2012, pelo então Ministro da Defesa Celso Amorim. Este tipo de documento, utilizado por diversos países de linha democrática no mundo, recebe o incentivo da Organização das Nações Unidas (ONU) e pode ser visto como uma porta aberta entre governo e sociedade, possibilitando e incentivando a discussão sobre o assunto Defesa.

O LBDN traz uma radiografia de todos os sistemas ligados à Defesa. Embora possa parecer, não é um livro que expõe as fraquezas ou informações sensíveis do setor, tendo em vista a profundidade em que se apresenta. Na verdade, tem como consequência benéfica, a apresentação do tema à sociedade nacional e, como resultado natural, a exposição do mesmo conteúdo à sociedade internacional. Em relação a esta última, induz ao fortalecimento da confiança mútua e da soberania das nações que o compartilham.

No caso do Brasil, inicia por apresentar o próprio Estado Brasileiro, como também a sua relação com a Defesa Nacional. Apresenta informações relevantes sobre o ambiente estratégico em que o país se insere, tanto regional quanto

internacional, dando, ainda, certo destaque ao ambiente específico do Atlântico Sul. Discorre sobre o Ministério da Defesa e seus diversos setores, bem como traz uma considerável descrição sobre as três Forças Armadas. Como não poderia deixar de ser, dado o seu objetivo, apresenta uma série de assuntos ligados à sociedade.

Em especial, dentro do capítulo voltado à sociedade, são elencadas uma série de ações e programas direcionados ao aprofundamento do estudo do tema Defesa Nacional. Uma importante ação foi a criação, em 2005, da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), explicada a seguir:

Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED)

A ABED, criada em 2005, resultou do esforço de um conjunto de pesquisadores, de diversas origens e formações, filiados a importantes instituições de pesquisa, preocupados em consolidar a área de estudos relativos a Defesa Nacional, segurança nacional e internacional, estratégia, guerra e paz, relações entre Forças Armadas, sociedade e ciência e tecnologia no âmbito da Defesa Nacional. O objetivo da Associação é promover o intercâmbio de ideias, o debate de problemas pertinentes a esse campo de conhecimento e o desenvolvimento de iniciativas de interesse comum. A produção intelectual resultante constitui importante material de apoio, de gestão e entendimento, para os formuladores de políticas públicas e para a sociedade como um todo. A ABED produz importante efeito sinérgico entre os setores acadêmicos da Defesa Nacional, criando condições para a renovação do pensamento estratégico nacional. (Min Def. LBDN. 2012, p. 183)

Um dos programas mais significativos citados é o Programa Pró-Defesa, uma parceria entre o Ministério da Defesa e a CAPES, objetivando apoiar o ensino e a pesquisa científica e tecnológica na área de Defesa.

Retornando ao tema deste trabalho, em especial ao problema que se apresenta, salta aos olhos que a maior parte das ações citadas no LBDN, atingem a área específica do ensino acadêmico. Novamente, a sociedade corre o risco de permanecer à parte, afastada do processo de desenvolvimento da mentalidade de defesa.

A observação acima, torna-se mais clara ao verificarmos as tabelas apresentadas nos subitens a seguir, baseados nas informações extraídas da literatura base para o assunto, que são a Política Nacional de Defesa (PND), a Estratégia Nacional de Defesa (END) e, em especial, o Livro Branco de Defesa Nacional.

O estudo realizado sobre o capítulo DEFESA E SOCIEDADE, do LBDN,

terminou por identificar grande destaque aos setores do Ensino Superior, na área acadêmica. Nesta área estão agindo a maior parte dos processos/projetos aplicados.

Foi também identificado o tipo de ação, direta ou indireta, que aquele projeto exerce sobre o público-alvo no desenvolvimento da mentalidade de defesa.

Nas tabelas que se seguem, pode-se verificar o motivo da intenção deste autor em propor ações que abrangem os demais setores do ensino, em específico, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, por não sofrerem praticamente nenhuma ação direta para o desenvolvimento da mentalidade de defesa que se busca ter na sociedade.

3.3.1 PROGRAMAS SOCIAIS DA DEFESA E AÇÕES SUBSIDIÁRIAS

Segundo o Ministério da Defesa (2012. p. 168) “O Ministério da Defesa, junto com os Comandos da Forças Armadas, criou dispositivos e programas cuja implementação e aplicação contribuem para que haja um aumento de participação social em assuntos de defesa e segurança”.

Objetivando facilitar a visualização, as informações estão apresentadas por meio de tabelas. Nestas, estão elencados os projetos que se encontram no LBDN, assim como são identificados os setores do ensino onde estes possuem maior incidência.

Em relação ao efeito, estão divididos em dois grupos:

- Efeito direto: neste caso, entende-se que o projeto gera, especificamente, estudos e discussões sobre os temas defesa e segurança, o que teria como consequência o desenvolvimento da mentalidade de defesa na parte da sociedade que viesse a se envolver; e

- Efeito indireto: neste caso, o projeto pode vir a provocar discussões, tendo em vista a proximidade ao ambiente militar e ao relacionamento com os profissionais da área, no entanto seriam discussões sem um embasamento acadêmico, sem a profundidade necessária à geração de opiniões e conhecimentos de real valor.

| Projeto | Foco no ensino | | | Efeito visualizado | |
|--------------------|----------------|-------|----------|--------------------|----------|
| | Fundamental | Médio | Superior | Direto | Indireto |
| Soldado Cidadão | x | x | | | x |
| Calha Norte | - | - | - | | x |
| Força no Esporte | x | x | | | x |
| Projeto Rondon | | | x | | x |
| Ações Subsidiárias | - | - | - | | x |

No tocante ao texto apresentado no LBDN, observa-se que a palavra usada é “contribuem”, o que leva este autor a concluir que também o Ministério da Defesa entende que não há efeito direto sobre o desenvolvimento da mentalidade de defesa nos programas citados.

3.3.2 A DEFESA E A ACADEMIA

Segundo o Ministério da Defesa (2012. p. 182) “O incentivo para a abertura de espaço acadêmico à reflexão crítica sobre defesa, (...). Reforçou-se a consciência de que o País não é imune aos riscos e ameaças inerentes às relações entre Estados (...)”.

| Projeto | Foco no ensino | | | Efeito visualizado | |
|--|----------------|-------|----------|--------------------|----------|
| | Fundamental | Médio | Superior | Direto | Indireto |
| Programa Pró-Defesa | | | x | x | |
| Centros de Estudo de Política e Estratégia | | | x | x | |
| Programa Antártico Brasileiro | | | x | x | |
| Congresso Acadêmico | | | x | x | |

Diferente da tabela anterior, está já apresenta os efeitos de forma direta, ou seja, os projetos citados provocam discussões de real valor sobre o tema segurança e defesa, culminando na produção de conhecimento específico e em significativo desenvolvimento da mentalidade de defesa.

O próprio Ministério da Defesa, alinhado ao que se demonstra na tabela, mostra o mesmo entendimento, ao usar as palavras “reflexão crítica”.

No entanto, cabe ressaltar que o público-alvo encontra-se totalmente na faixa do ensino superior.

3.3.3 A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG) E A ASSOCIAÇÃO DE DIPLOMADOS DA ESG (ADESG)

A ESG é um instituto de pesquisa e Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa, diretamente subordinada ao Ministério da Defesa, a quem responde pelo desenvolvimento e condução de cursos voltados à capacitação de civis e militares para funções de direção e assessoramento nas áreas afetas à segurança, defesa e desenvolvimento.

Dentre seus cursos, dois podem ser destacados, por serem os de maior relevância para a área da defesa:

O CAEPE é um curso ministrado no campus da ESG/Rio de Janeiro, integralmente presencial e tem a duração de um ano. O seu propósito é de preparar civis e militares, inclusive de outras nações, para o exercício de funções de direção e assessoramento de alto nível na administração pública, em especial na área de Defesa Nacional.

O CSUPE, iniciado em 2011, é ministrado no campus ESG/Brasília e tem por objetivo incentivar o estudo e disseminar os assuntos da Defesa nos mais altos escalões da administração pública, no meio militar e junto aos setores empresariais e acadêmicos. O CSUPE tem a duração aproximada de dois meses, com aulas presenciais, incluindo a participação de palestrantes de diversas áreas governamentais e da iniciativa privada. (Min Def. LBDN. 2012, p. 66)

A ADESG, embora seja uma instituição civil independente, possui estreito alinhamento aos conceitos difundidos pela ESG. É composta por civis e militares, em sua maioria diplomados pela ESG. Sua atuação proporciona, em diversos pontos do território nacional, a difusão de estudos e conceitos nas áreas de Defesa, Segurança e Desenvolvimento, trabalhados pela ESG, mas em especial os voltados à Defesa Nacional.

A ADESG não possui uma área de atuação definida, atendo-se normalmente aos meios político, empresarial e acadêmico.

| Órgão de referência | Foco no ensino | | | Efeito visualizado | |
|---------------------|----------------|-------|----------|--------------------|----------|
| | Fundamental | Médio | Superior | Direto | Indireto |
| ESG | | | x | x | |
| ADESG | | | | x | |

Embora, na tabela acima, não seja verificada uma ação incisiva sobre a área de ensino, cabe alertar que a ADESG não pode ser desconsiderada. Esta instituição possui um ponto extremamente positivo, que é a sua capilaridade. Atualmente, possui delegacias em todas as capitais, Distrito Federal e diversas outras cidades, além de contar com pessoal capacitado à difusão de conhecimento.

3.4 O Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEx) e sua contribuição

O SIPLEx é um processo pelo qual o Exército Brasileiro realiza, a cada 4 anos, o seu planejamento estratégico, ou seja, de mais alto nível. Por meio de uma metodologia pré-definida, são gerados diversos produtos, como a Política Militar Terrestre e a Estratégia Militar Terrestre.

Destaca-se que o principal produto do SIPLEx é o Plano Estratégico do Exército, que centraliza todos os conhecimentos gerados, como Objetivos e Estratégias, e direciona os esforços de investimento da Força para o quadriênio em questão.

3.4.1 A POLÍTICA MILITAR TERRESTRE (PMT) E OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

A PMT, aprovada em 2019, traz em seu Objetivo Estratégico do Exército (OEE) Nr 14 o seguinte texto: Ampliar a integração do Exército Brasileiro (EB) à Sociedade.

Na descrição do objetivo, algumas ideias bastante positivas são apresentadas. Fica claro o entendimento, em alinhamento ao apresentado na introdução deste trabalho, da necessidade de aumentar a integração do EB à

sociedade, com especial atenção aos círculos dos formadores de opinião, com fins de produzir na sociedade o interesse pelo assunto Defesa.

Em seu diagnóstico, complementa com a ideia, também já abordada, de que a sociedade brasileira carece da visão de que não somos livres de ameaças externas, o que resulta na grande dificuldade de obter apoio, tanto da própria sociedade, quanto dos meios políticos.

Outro item apresentado, e que se pode considerar de maior importância, por gerar realmente o direcionamento dos esforços, é o item d. Fatores críticos de Sucesso, onde são elencados 3 fatores bastante significativos:

d. Fatores Críticos de Sucesso

1) Relacionamento interativo da liderança do Exército, em todos os escalões, com as três esferas do poder e com a sociedade.

2) Intensificação de programas específicos de intercâmbio, particularmente nos meios acadêmico, empresarial, científico-tecnológico e junto aos formadores de opinião.

3) Intensificação de campanhas institucionais de comunicação social, proativas e incisivas.

(Exército Brasileiro. PMT-Separata ao BE51/19. 2019, p. ??)

Portanto, fica claro que o EB possui, desde o início de seu planejamento estratégico, o mapeamento do problema abordado por este trabalho. Resta verificar, quais são as estratégias a serem adotadas.

3.4.2 A ESTRATÉGIA MILITAR TERRESTRE (EMT): ESTRATÉGIAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

No prosseguimento do planejamento e passando do “que fazer” ao “como fazer”, os estudos dentro do SIPLEx produzem a EMT. Neste documento, para cada OEE, são elencadas estratégias e estas subdivididas em ações estratégicas, como se segue:

ESTRATÉGIAS/AÇÕES ESTRATÉGICAS:

14.1 Desenvolvimento da mentalidade de defesa.

14.1.1 Fomentar, junto às instituições civis, a pesquisa na área de defesa.

14.1.2 Incrementar a relação do EB com os poderes constituídos.

14.2 Ampliação da divulgação das ações da Força.

14.2.1 Reestruturar o Sistema de Comunicação Social do Exército (SISCOMSEx) enfatizando a relevância e a imprescindibilidade do Exército.

14.2.2 Elevar o nível de interatividade com a sociedade, principalmente com os formadores de opinião. (Exército Brasileiro. EMT-BE 51/19. 2019, p. 25)

Podemos observar que neste contexto já existe uma maior clareza sobre a direção a ser tomada, uma vez que são elencadas estratégias e ações estratégicas.

Cabe observar, que são definidas duas estratégias. A primeira delas, item 14.1, segue, de uma forma geral, o mesmo viés traçado pelo LBDN, ou seja, coloca seu foco no ensino superior, aqui caracterizado pela palavra “pesquisa”, e nos demais poderes constituídos. No item 14.2, foca diretamente a área da Comunicação Social, o que pode ser facilmente observado se forem acessadas as diversas redes sociais das quais faz uso o EB, tais como Facebook e Twitter. Cabe ressaltar, que nessa área, o EB tem tido grande evolução, atingindo um expressivo número de seguidores, dentro de uma considerável variação de faixa etária. Interessante observar, também, como produto de comunicação social, a revista infantil “Recrutinha”, voltado às crianças no período pré-escolar e nos anos iniciais do ensino fundamental.

Ao utilizarmos os mesmos critérios de avaliação utilizados para o LBDN, em relação ao efeito sobre a população ser direto ou indireto, pode-se concluir que a primeira estratégia possui efeito direto, embora em uma parte bastante específica da sociedade. Já a segunda, pode ser entendido como de efeito indireto.

As ações tomadas pela Força, se aqui elencadas, produziram uma cópia das tabelas que se encontram nos itens 3.3.1 e 3.3.2., com ligeiras e insignificantes diferenças, pois obviamente existe um alinhamento do EB com o Ministério da Defesa e com o prescrito no LBDN. Desta forma, a conclusão óbvia é de que a Força ainda carece de ações mais amplas e eficientes.

4 OUTROS FORMAS DE ACESSO À SOCIEDADE

Diferente do item anterior, que aborda a maneira oficial e planejada pela qual o Ministério da Defesa e as Forças, em especial o Exército Brasileiro, intentam aperfeiçoar seu relacionamento com a sociedade, este item se atem a alguns dos meios ou atividade que podem ser ou são usadas no relacionamento com a sociedade. Se bem empregadas, podem certamente cooperar no desenvolvimento, direto ou indireto, da desejada mentalidade de defesa.

4.1 Colégios Militares

Os Colégios Militares (CM) do Exército Brasileiro, num total de 14, são hoje uma grande referência de qualidade de ensino em todo o país. Apesar de alguns setores muitas vezes tentarem denegrir sua imagem ou apresentar fatores diversos que os contraindiquem, basta uma pesquisa nos principais sistemas de avaliação do ensino nacional para rapidamente os encontrar nas primeiras colocações.

Obviamente, não passa pelos objetivos de ensino nos CM o estudo de conceitos específicos como segurança, defesa e soberania, muito menos se está sugerindo a inclusão de matérias como a já citada Educação Moral e Cívica no currículo. O que se quer observar, é que o ambiente em que vivem os alunos não deixa de ser propício à discussão, e de grande influência em seu entendimento quanto aos assuntos supracitados, bem como é preciso entender que estes alunos se tornam, ao saírem do sistema de ensino militar, difusores do conhecimento que receberam.

Desta forma, estes alunos podem se tornar cooperadores nesses objetivos traçados pelo Ministério da Defesa no LBDN e, sendo mais específico, nos objetivos traçados pelo EB em sua PMT. Infelizmente, não tendo uma forma de abordagem específica do assunto Defesa, muito se deixa de ganhar nesta importante fábrica de cidadãos.

4.2 Escolas Cívico-militares

O Programa Nacional das Escolas Cívico-militares – PECIM foi instituído pelo decreto 10.004, de 5 de setembro de 2019, sendo de responsabilidade do Ministério da Educação, contando com o apoio do Ministério da Defesa. Sua implementação é voluntária, devendo partir dos Municípios, Estados ou Distrito Federal o pedido. Para o ano de 2020, está prevista a implantação de 54 unidades, distribuídas pelo território nacional.

Diferente dos CM, as Escolas Cívico-militares pretendem ser uma mescla entre a escola tradicional e as escolas militares. O PECIM mantém a parte educacional e pedagógica sob a responsabilidade do solicitante, acrescentando a

participação de militares da reserva, tanto das Forças Armadas, quanto das Forças Auxiliares, no apoio administrativo e no acompanhamento diário e condução dos alunos nas atividades paralelas ao ensino.

Assim como nos CM, não será objetivo dessas escolas o estudo de conceitos específicos como segurança, defesa e soberania. No entanto, a presença de militares nestas escolas trará influências extremamente positivas sobre a conduta dos alunos, suas percepções sobre valores, outrora esquecidos, como civismo e cidadania e, indiretamente, sobre a sua visão em relação ao meios militares e ao que defendem.

No futuro, esses alunos poderão tornar-se difusores de conceitos essenciais como os já citados, além da forte possibilidade de se tornarem adultos com uma percepção favorável aos assuntos em foco nesse trabalho.

4.3 Atividades Cívico-militares

Sem dúvida são muitas as atividades cívico-militares realizadas. Em diversos rincões do Brasil podemos encontrar Organizações Militares (OM) que realizem atividades abertas à sociedade, sejam elas comuns a todas, como formaturas de aniversário da OM, quanto comemorações específicas como a Festa Nacional da Infantaria (Fortaleza - CE), Festival Fornovo di Taro, comemoração da última grande vitória da FEB (6º Batalhão de Infantaria Leve, Caçapava - SP) e o Dia Nacional da Artilharia (3º Grupo de Artilharia de Campanha, Santa Maria – RS). Todas essas atividades, além de seus objetivos específicos, são responsáveis por uma importante aproximação entre o setor militar e a sociedade.

Indo além, algumas OM tem tomado a iniciativa de conduzir projetos específicos voltados à sociedade, sejam eles no viés assistencial, sejam pelo viés de formação ou recuperação dos conceitos de cidadania. São inúmeros os projetos e, por isso, apenas um será apresentado como exemplo, por seu efeito direto sobre o desenvolvimento de crianças e jovens.

O Projeto Pátria na Escola foi criado em 2019, por iniciativa do Comando da 12ª Brigada de Infantaria Leve (Aeromóvel) e em uma parceria com a Prefeitura Municipal de Caçapava. Basicamente, o projeto consiste em um momento cívico,

onde se hasteia a Bandeira Nacional, canta-se o Hino Nacional e se debate a respeito de valores como civismo, patriotismo. Seu objetivo principal é estimular o patriotismo, conduzir os estudantes no fortalecimento de seus valores e ética e de seu entendimento sobre cidadania. O momento se encerra com uma apresentação da Banda de Música do 6º Batalhão de Infantaria Leve, que termina por conquistar a todos, inclusive professores e dirigentes escolares.

Mesmo não tratando diretamente sobre o tema Defesa, este é mais uma das ações que, indiretamente, desenvolvem na sociedade uma predisposição ao assunto.

5 SUGESTÕES DE AÇÕES A SEREM ADOTADAS

Este capítulo tem por objeto prestar um assessoramento quanto às medidas a serem adotadas na busca do desenvolvimento da Mentalidade de Defesa, característica de nossa sociedade que se espera já ter sido demonstrada sua defasagem.

Basicamente, estas sugestões podem ser divididas em dois grupos: um deles seria composto pelas ações que vem ocorrendo e podem ser repetidas, continuadas e até aperfeiçoadas; o segundo grupo seria formado por ideias novas, sugestões que poderiam ser adotadas e, obviamente, teriam que ser colocadas à prova para atestar sua real validade.

Cabe, ainda, ressaltar que algumas ações a serem propostas incidirão sobre áreas que, inicialmente, poderão não parecer estratégicas, como é o caso do ensino fundamental e médio. Ledo engano, pois é justamente neste momento da vida de um cidadão que se inicia o aprendizado e a formação social e profissional, com consequências diretas sobre seu entendimento e posicionamento diante de diversos assuntos. Portanto, este autor entende ser fortemente estratégica a atuação sobre estas áreas. Por isso, e reforçado pelo conteúdo deste trabalho que demonstrou a negligência em relação a estes grupos da sociedade, é que algumas sugestões serão apresentadas para esta fase do ensino.

5.1 Fortalecimento das ações já desenvolvidas pelo Ministério da Defesa

Para este item, a palavra-chave é potencializar. Embora existam diversas ações já em realização, ainda se verifica um campo bastante fértil a ser atingido.

Conforme já apresentado, são diversas as iniciativas, como é o caso da ABED, do Programa Pró-Defesa, dos trabalhos dos Centros de Estudos de Política e Estratégia e do PROANTAR, que contribuem para a geração da sinergia entre a Defesa e o meio acadêmico. No entanto, as ações ainda carecem de maior divulgação, capilaridade e alcance.

No tocante a divulgação, se faz necessário um investimento em propaganda e marketing, tanto a nível setorial, ou seja, dentro das instituições de ensino, quanto a nível nacional. Este último, com o objetivo principal de divulgar à parcela da população que não se encontra no sistema de ensino, de que tais atividades são desenvolvidas e parcerias são criadas para a realização de trabalhos nessa área de Defesa. A divulgação precisa ocorrer nos meios de comunicação civis, de maior abrangência, mesmo que isso gere um custo específico.

Em relação à capilaridade e ao alcance, em que pese a dificuldade de realizar atividades presenciais em diversos locais do país, devido à distância e custos envolvidos, a disponibilização de cursos, seminários e congressos deve ser estimulada. Uma das últimas medidas tomadas, e que serve de exemplo positivo, foi a criação do Campus Brasília da ESG, posicionado, não por acaso, no centro de poder do País. Com esse campus, o Ministério da Defesa desenvolveu a capacidade de atrair a classe política às discussões sobre defesa. Nesse sentido, podemos inferir que seria um ganho considerável, mesmo que inicialmente de alto custo, a repetição dessa ação junto às capitais estaduais, onde se encontram as Assembleias Legislativas.

Ainda no tocante à capilaridade e alcance, é essencial que se use a ligação entre a Defesa e a CAPES, assim como entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Educação, para a “abertura de portas” junto aos estabelecimentos de ensino, assim como é importantíssimo que se encontre formas de mitigar os obstáculos, muitas vezes financeiros, muitas vezes temporais, muitas vezes ideológicos, que prejudicam essas ligações.

Por fim, e não menos importante, a Defesa precisa se adaptar aos novos rumos da sociedade pós-pandemia, utilizando-se dos atuais “webinários” como fonte de divulgação e aproximação com a sociedade acadêmica.

5.2 Utilização da estrutura da ADESG para o desenvolvimento da mentalidade de defesa

A ADESG, como foi apresentado, possui duas características bastante interessantes. A primeira é sua capilaridade, que inclusive pode ser aumentada à medida que novas turmas, nos moldes atuais, forem formadas. A segunda é a sua disponibilidade de pessoal. Estes, uma vez diplomados, compõem uma massa de pessoas instruídas e capazes de disseminar os conhecimentos adquiridos.

Este sistema, portanto, pode vir a ser empregado em palestras e seminários, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio, onde podem ser discutidos os assuntos que venham a gerar o desenvolvimento da mentalidade de defesa. Serão sementes que uma vez plantadas germinarão nos futuros cidadãos. Basta apenas que sejam feitos os devidos nivelamentos em relação ao público-alvo que se pretende abordar.

Cabe reconhecer que não há um espaço aberto a essa atividade no atual sistema de ensino. Tal possibilidade deve ser trabalhada e terá maior possibilidade de sucesso uma vez que reúna assuntos diversos, que visem o desenvolvimento de atitudes de civilidade, entendimento sobre a nacionalidade e cidadania, direitos e deveres, valores morais e o conhecimento sobre o país. Todos esses, juntamente ao conhecimento sobre defesa e soberania, fazem parte do cabedal de conhecimentos que constrói um cidadão, tornando o projeto muito mais atraente.

Obviamente, nem todos os adesguianos possuem interesse ou capacidade de participar dessa empreitada, mas um planejamento bem-feito, seguido de uma orientação eficaz, pode sim angariar voluntários para tal atividade. Os que já tiveram o prazer de correr o território nacional, certamente irão se lembrar das inúmeras demonstrações de amor a pátria e as externalizações de reais preocupações quanto ao futuro de nossa nação. Portanto, a mudança, pode sim começar com o apoio desse seleto grupo de brasileiros.

5.3 Utilização dos programas sociais para o desenvolvimento da mentalidade de defesa

Programas Sociais são, sem dúvida, uma ferramenta importantíssima para provocar uma boa aceitação, por parte da sociedade, de qualquer órgão ou instituição. Fazer-se valer dessas ações com o intuito de aproximar Defesa e Sociedade, embora não deva ser o objetivo principal, não deixa de ser perfeitamente aceitável.

Atualmente, dois programas podem ser citados com referência: Programa Força no Esporte (PROFESP) e Programa Soldado-Cidadão.

O primeiro, criado em 2003, tem seu foco em jovens e crianças carentes e busca promover uma melhor qualidade de vida por meio de atividades esportivas, culturais e educacionais. As atividades ocorrem em diversas OM da Marinha, Exército e Aeronáutica, durante o contra turno das aulas.

O segundo, criado em 2004, tem por alvo principal os jovens que prestam o Serviço Militar Obrigatório e lhes oferece qualificação profissional para a fase após o Exército. Trabalha também, atributos voltados ao seu desenvolvimento como cidadão. Devido ao gerenciamento ser pelas OM, possui uma abrangência nacional.

Ambos os exemplos são excelentes meios de comunicação e divulgação de conceitos à sociedade. A parcela da população atingida, pode ir muito além dos jovens que participam, mas também a seus familiares e conhecidos. A relação com as instituições militares, pode ser ponto de partida para o desenvolvimento de conceitos importantes como patriotismo e civilidade. Obviamente, mediante a inclusão de assuntos relacionados à defesa, também será base para uma mudança no nível de aceitação de temas voltados ao desenvolvimento de uma mentalidade de defesa na sociedade.

5.4 Utilização de atividades militares e cívico-militares para o desenvolvimento da mentalidade de defesa

O Projeto Pátria na Escola, citado no item 4.3, teve tanta repercussão na

região de Caçapava que chamou a atenção de deputados da Assembleia Legislativa de São Paulo. Em visita realizada em 3 de dezembro de 2019, a Deputada Letícia Aguiar assim o descreveu: “Esta iniciativa, unindo o Exército e a Secretaria de Educação, é muito importante na formação cívica, ética e moral dos alunos. Estou certa que isso ficará marcado na memória dessas crianças e jovens e servirá de estímulo para reforçar a importância do amor à pátria.”

Em quantas cidades do Brasil esse projeto não poderia ser replicado? E se fosse realizado não só por OM do EB, mas também da Marinha do Brasil e da Força Aérea? Sem dúvida seria uma importante ferramenta na disseminação de valores extremamente caros e atualmente relegados em nossa sociedade. Indiretamente, seriam construtores de cidadãos que teriam uma visão diferente quanto à Defesa e às Forças Armadas, e muito mais propícios ao diálogo e ao desenvolvimento da mentalidade de defesa na sociedade.

5.5 Utilização da Comunicação Social das Forças Armadas para o desenvolvimento da mentalidade de defesa

Embora já exista um louvável trabalho na área de Comunicação Social, considera-se importante que este vetor de comunicação com a sociedade seja citado neste trabalho. É mister reconhecer que sem a devida divulgação, utilizando-se todos os meios disponíveis, em especial as atuais mídias eletrônicas, as ações realizadas em prol do desenvolvimento da mentalidade de defesa teriam seu alcance extremamente reduzidos, ou mesmo anulados.

A sociedade atual, em especial a brasileira, se tornou voraz consumidora de conteúdo eletrônico, principalmente por meio dos Smartphones, cada vez mais avançados e centralizando uma vasta gama de utilidades.

Para exemplificar a importância das mídias eletrônicas e a sua imprescindibilidade para que algo se torne conhecido e entendido pela sociedade, verifiquemos os números a seguir:

| Mídias Eletrônicas | Marinha | Exército | Aeronáutica |
|--------------------|---|-----------|-------------|
| | Nr de seguidores (dados obtidos em 14Out20) | | |
| Facebook | 1.778.870 | 3.926.968 | 1.474.808 |
| Twiter | 553.459 | 1.099.522 | 566.038 |
| Instagram | 833.940 | 1.523.568 | 968.532 |
| You Tube | 173.000 | 757.000 | 291.000 |

Fontes: <https://www.facebook.com/exercito/>, <https://twitter.com/exercitooficial>,
<https://www.youtube.com/c/exercitooficial>, https://www.instagram.com/exercito_oficial/,
<https://www.youtube.com/user/marinhaoficial>, <https://pt-br.facebook.com/marinhaoficial/>,
<https://twitter.com/marmilbr>, <https://www.instagram.com/marinhaoficial/>, <https://www.youtube.com/user/portalfab>,
https://www.instagram.com/fab_oficial/, <https://pt-br.facebook.com/aeronauticaoficial/>,
https://twitter.com/fab_oficial.

Cabe ressaltar, que as mídias sociais atingem toda a sociedade, quer a dividamos por idade, por interesse ou por nível de escolaridade.

Portanto, não há dúvida que este meio de comunicação ainda apresenta, dentro do objetivo de desenvolver a Mentalidade de Defesa, uma grande possibilidade de crescimento que deve ser aproveitado ao máximo, por meio de campanhas e pela divulgação de atividades e eventos. No tocante às campanhas, estas precisam ser direcionadas ao público que se pretende atingir e adaptadas à realidade da linguagem da internet, algo que atualmente já é bem desenvolvido pelos centros de Comunicação Social das Forças.

6 CONCLUSÃO

Não é difícil perceber que a sociedade brasileira, rodeada pela paz Sulamericana e impregnada pelos traços Latino-Americanos que traz de sua história, não possui verdadeira afeição pelo tema Defesa, e o que não está no consciente coletivo, também não se apresenta nos meios políticos. Em consequência, o entendimento quanto a necessidade de Forças Armadas fortes, eficientes e que mantenham uma capacidade dissuasória compatível com a estatura do país, se torna um objetivo distante, difícil de se alcançar.

Em direção completamente oposta, o Brasil continua a crescer e se destacar. Suas riquezas minerais, sua biodiversidade e a pujança do agronegócio são muito bem conhecidos por todas as nações do mundo. Não tem passado

desapercebidas as opiniões de que o Brasil já é um produtor inigualável de alimentos, uma peça global que não pode mais ser ignorada.

Por tudo isso, se torna tão importante a mudança de entendimento na sociedade brasileira. É imperioso que medidas sejam adotadas, em todas as áreas e com efeitos a curto, médio e longo prazo, visando o desenvolvimento dessa mentalidade de defesa.

Obviamente, a educação deve ser um dos principais alvos, pois é na formação da sociedade, na aquisição dos conceitos de nacionalidade, civismo e patriotismo, dentre tantos outros, que se desenvolve, da melhor forma, o entendimento quanto à segurança, à defesa e à soberania. Cabe reforçar, que no entender do autor, todas as fases do ensino devem ser alvo e consideradas de grande importância, pois a formação da sociedade não inicia no meio acadêmico, ela é um somatório de toda a aprendizagem recebida. Portanto, atuar somente no meio acadêmico é uma falha que deve ser reparada.

Não obstante, é necessário atuar sobre toda a população, pois não se pode achar que é possível aguardar as próximas gerações para que se tenha uma mudança de mentalidade. Agir assim poderá nos trazer resultados muito tarde. Neste momento, crescem de importância as mídias eletrônicas, tão populares nos dias atuais e um excelente meio pra atingir a sociedade.

Realmente, algo já foi feito. Como apresentado, o Governo Brasileiro realizou um importante trabalho nesse sentido, sem dúvida a base de todo o processo, que está nos níveis político e estratégico. No entanto, há que se expandir, atingir áreas onde realmente tenham efeito sobre toda a população.

Nas palavras de Rui Barbosa, 1917: “Quando uma nação chega ao extremo, à miséria de não ter meios de se defender, de ser obrigada a tolerar em silêncio e resignação ilimitada todos os atos contra o seu direito, a sua honra e a sua existência, essa nação perdeu o direito de existir”.

Por fim, só uma opção nos cabe, provocar uma rápida e eficiente mudança na mentalidade de defesa da população brasileira, que deve, no mais curto prazo, entender que, mesmo pacífica, precisa ter Forças Armadas fortes, apoiadas por sua sociedade, aptas a realizar sua defesa caso necessária e, principalmente, com clara e ostensiva capacidade dissuasória. Esta é e sempre será a condição “sine qua non”

à soberania de uma nação.

HELI FIGUEIREDO MOREIRA JUNIOR - Cel

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. Militares já produziram 1,2 milhão de comprimidos de cloroquina. **UOL**, 21 de maio de 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/colunas/carla-araujo/2020/05/21/coronavirus-exercito-producao-cloroquina.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 21 Jul 2020.

BRASIL. Decreto-lei nº 869 de 12 de setembro de 1969. Dispõe sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica como disciplina obrigatória, nas escolas de todos os graus e modalidades, dos sistemas de ensino no País, e dá outras providências. Diário Oficial da União - Seção 1 - 15/9/1969, Página 7769 (Publicação Original). Poder Executivo. Brasília. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-869-12-setembro-1969-375468-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 Abr 2020.

_____. Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Diário Oficial de 10 de junho de 1999. Poder Executivo. Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp97.htm>. Acesso em: 26 Abr 2020.

_____. Ministério da Defesa. Ações Subsidiárias. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/programas-sociais/acoes-subsidiarias>>. Acesso em: 26 Abr 2020.

_____. _____. END – Estratégia Nacional de Defesa. Brasília, 2016.

_____. _____. Histórico de Operações de GLO 1992-2020. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/exercicios_e_operacoes/glo/1.metodologiaa_dea_estudo.pdf>. Acesso em: 25 Abr 2020.

_____. _____. LBDN – Livro Branco de Defesa Nacional. Brasília, 2012.

_____. _____. Memento nº 85. 85. ed. Ministério da Defesa: Departamento de Organização e Legislação, 2019. Disponível em: <<https://www.eb.mil.br/documents/16768/11016643/Memento+da+Defesa+edição+85>> Acesso em: 27 Abr 2020.

_____. _____. PND – Política Nacional de Defesa. Brasília, 2016.

_____. _____. Exército Brasileiro. Plano estratégico do Exército 2020-2023. Brasília, 2019.

_____. _____. Portaria Nº 1.966 de 3 de dezembro de 2019. Aprova a **Estratégia Militar Terrestre** 2019, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. BE 51/2019 de 20 de dezembro de 2019. Brasília, 2019.

_____. _____. Portaria Nº 1986 de 10 de dezembro de 2019. Aprova a **Política Militar Terrestre** 2019, integrante do Sistema de Planejamento Estratégico do Exército. Separata ao BE 51/2019 de 20 de dezembro de 2019. Brasília, 2019.

_____. _____. CMS – Comando Militar do Sul. Núcleo de Estudos Estratégicos - CONTRIBUINDO PARA O DESENVOLVIMENTO DA MENTALIDADE DE DEFESA NA SOCIEDADE BRASILEIRA. Disponível em: <<http://www.nue2.cmse.eb.mil.br/>>. Acesso em: 2 Mar. 2020.

Brasil na ONU. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/brasil-na-onu/>>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

Brigada Aeromóvel dá início ao Projeto Pátria na Escola. **12ª Bda Inf L (Amv)**, 14 Ago 2019. Disponível em: <<http://www.bdaamv.eb.mil.br/index.php/noticias/388-brigada-aeromovel-realiza-projeto-patria-na-escola>>. Acesso em: 1 Set 2020.

BUENO, F. Operação COVID-19 já envolve mais militares brasileiros que a Segunda Guerra Mundial. **GovBR**, 25 de abril de 2020. Disponível em: <<https://operacaocovid19.defesa.gov.br/noticias/noticia/1016-operacao-covid-19-ja-envolve-mais-militares-brasileiros-que-a-segunda-guerra-mundial>>. Acesso em: 20 Jul 2020.

Conflitos fronteiriços entre Peru e Equador. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Conflitos_frontereiros_entre_Peru_e_Ecuador>. Acesso em: 31 Mar 2020.

Delegacias Regionais. **Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra**. Disponível em: <<https://adesg.org.br/institucional/delegacias-regionais/>>. Acesso em: 20 Ago 2020.

FERREIRA, Nelson. A importância da Educação Moral e Cívica e OSPB no currículo escolar. **Digoreste News**. Disponível em:

<<https://www.digorestenews.com.br/2017/08/a-importancia-da-educacao-moral-e.html>>. Acesso em: 25 Abr 2020.

<<https://www.facebook.com/exercito/>>. Acesso em: 14 Out 2020.

<<https://twitter.com/exercitooficial>>. Acesso em: 14 Out 2020.

<<https://www.youtube.com/c/exercitooficial>>. Acesso em: 14 Out 2020.

<https://www.instagram.com/exercito_oficial/>. Acesso em: 14 Out 2020.

<<https://www.youtube.com/user/marinhaoficial>>. Acesso em: 14 Out 2020.

<<https://pt-br.facebook.com/marinhaoficial/>>. Acesso em: 14 Out 2020.

<<https://twitter.com/marmilbr>>. Acesso em: 14 Out 2020.

<<https://www.instagram.com/marinhaoficial/>>. Acesso em: 14 Out 2020.

<<https://www.youtube.com/user/portalfab>> . Acesso em: 14 Out 2020.

<https://www.instagram.com/fab_oficial/> . Acesso em: 14 Out 2020.

<<https://pt-br.facebook.com/aeronauticaoficial/>> . Acesso em: 14 Out 2020.

<https://twitter.com/fab_oficial> . Acesso em: 14 Out 2020.

Inaugurada a primeira escola municipal cívico-militar do Rio de Janeiro. 14 de agosto de 2020. Disponível em: <<https://www.gov.br/pt-br/noticias/educacao-e-pesquisa/2020/08/inaugurada-a-primeira-escola-municipal-civico-militar-do-rio-de-janeiro>>. Acesso em 4 Set 2020.

Lista de navios brasileiros atacados na Segunda Guerra Mundial. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_navios_brasileiros_atacados_na_Segunda_Guerra_Mundial>. Acesso em: 15 Abr 2020.

MASCARENHAS DE MORAES, J. B. **A FEB pelo seu Comandante**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2005.

MOREIRA, H. F. JR. **Mentalidade de Defesa - a sociedade brasileira sabe o que significa?** 2020. 7 fl. Artigo de opinião – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2020.

PADILHA, L. Brasil no Haiti – Um caso de sucesso (2004 – 2017). **Defesa Aérea & Naval**, 29 de agosto de 2017. Disponível em: <<https://www.defesaaereanaval.com.br/aviacao/brasil-no-haiti-um-caso-de-sucesso-2004-2017>>. Acesso em: 25 Jul 2020.

Para que servem as Forças Armadas? **Super Interessante**, 30 de abril de 2003. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/historia/para-que-servem-as-forcas-armadas/>>. Acesso em: 20 Jul 2020.

Programa Forças no Esporte (PROFESP). **Comando de Operações Terrestres**. Disponível em: <<http://www.coter.eb.mil.br/index.php/profesp>>. Acesso em: 1 Set 2020.

"Projeto Pátria na Escola" em Caçapava. **Assembleia Legislativa de São Paulo**, 2 Dez 2019. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/noticia/?id=405325>> Acesso em: 1 Set 2020.

Projeto Soldado Cidadão. **Portal Brasileiro dos Dados Abertos**. Disponível em: <<http://dados.gov.br/dataset/projeto-soldado-cidadao>> Acesso em: 1 Set 2020.

RICHTER, A. Governo já repatriou 11,7 mil brasileiros desde o início da pandemia. **Agência Brasil**, 8 de abril de 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-04/governo-ja-repatriou-117-mil-brasileiros-desde-o-inicio-da-pandemia>>. Acesso em: 20 Jul 2020.

SALAS, Paula. Educação Moral e Cívica: doutrinação ou autonomia? **Nova Escola**, 03 Jun 2019. Disponível em: <<https://novaescola.org.br/conteudo/18037/educacao-moral-e-civica-doutrinacao-ou-autonomia>>. Acesso em: 25 Abr 2020.

SANS, B. Último confronto militar entre sul-americanos foi há 24 anos. **R7**, 23 Fev 2019. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/internacional/ultimo-confronto-militar-entre-sul-americanos-foi-ha-24-anos-23022019>>. Acesso em: 31 Mar 2020.

SANTOS, C. L. W. **A Evolução da Mentalidade de Defesa no Brasil e seus Reflexos para as Forças Armadas**. 2013. 23 fl. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Comando e Estado-Maior de Exército, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, F. C. S. Aspectos legais do emprego do exército na defesa da pátria. **Âmbito Jurídico**, 30 Jun 2006. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-constitucional/aspectos-legais-do-emprego-do-exercito-na-defesa-da-patria/>>. Acesso em: 26 Abr 2020.

Sobre a ADESG. **Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra**. Disponível em: <<https://adesg.org.br/institucional/a-adesg/sobre-a-adesg/>>. Acesso em: 20 Ago 2020.

WESTIN, R. Senador foi crucial para entrada do Brasil na 1ª Guerra. **Agência Senado**, 29 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2014/08/29/senador-foi-crucial-para-entrada-do-brasil-na-1a-guerra>>. Acesso em: 8 Set 2020.